CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1344/83 (Processos SE: 2254/83; 364/83; 1677/82)

(Aposos CEE: 722/79; 723/79; 469/79)

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - COMISSÃO ESPECIAL DE VERI-

FICAÇÃO E ESTUDOS DE VIDA ESCOLAR DE ALUNOS DO COLÉGIO TÉCNICO

"MANUEL DE ABREU"

ASSUNTO : Relatório de sindicância e consulta sobre providências a serem tomadas para regularização de atos escolares.

RELATORA : Consa. MARIA APARECIPA TAMASO GARCIA

PARECER CEE Nº 1090/83 - CESG - Aprovado em 06 / 07 /1983

1. HISTÓRICO

O Presidente da Comissão Especial de Verificação e Estudos de Vida Escolar dos alunos do Colégio Técnico "Manuel de Abreu" dirige-se a este Colegiado, através do Gabinete, do Sr. Secretário de Estado da Educação, para relatar e propor o que segue:

- 1- (.....), 2- (.....), 3- (.....);
- 4- à vista dos estudos realizados até o momento, foram constatadas diversas irregularidades e divergências na escrituração da escola, dentre elas várias já mencionadas no relatório da Sindicância;
- 5- muitas das irregularidades ainda estão sendo estudadas e só poderemos notificar esse Conselho, após aprimorada averiguação;
- 6- das irregularidades apuradas pela Comissão Sindicante e comprovadas por esta Comissão, parece-nos que o estudo acerca da emissão de Certificados de Conclusão de 1º Grau emitidos por escolas do Rio de Janeiro deverá ter prioridade, pois os alunos prosseguiram os estudos com certificados "nulos", da mesma forma como o sucedido na extinta Escola "Irmã Madalena", Parecer CEE 1359/81;
- 7- quanta à Escola, apresenta escrituração refeita, fato apontado também pela Comissão Sindicante, dificultando a averiguação de dados sobre alguns alunos;
- 8- foi verificado que muitos alunos, cujo número total não foi confirmado, cursaram os estudos equivalentes aos de 2º grau - modalidade Suplência e/ou em nível de 2º grau, principalmente e em grande parte o da Qualificação Profissional III - Auxiliar de Enfermagem ou ainda de Qualificação Profissional IV - Radiologia Médica e/ou Técnico em Enfermagem;
- 9- outras irregularidades próprias da Escola deverão ser apuradas e corrigidas, durante a verificação, para que a mesma possa prosseguir com o seu funcionamento regularizado.

Foi proposto pela Comissão de Sindicância em seu Relatório, com a melhor das intenções, curso Supletivo - Modalidade Suplência, na própria escola e às expensas da mesma, pelo prazo de 3 (três) anos, aos alunos com certificados conside-

rados "nulos". A propositura foi acolhida pelo então Exmo. Sr. Secretário da Educação, em despacho de 1º de janeiro p.p..

A Delegacia de Ensino cumpriu o determinado, supervisionando a matrícula.

A medida, s.m.j., foi precipitada, pois não foi ouvido o "Órgão normativo e competente" para ditar as normas a serem adotadas para futuras convalidações de atos escolares.

A providência, além de ser de solução a longo prazo, pode tornar-se falha, como já foi verificado, pela ausência, em grande escala, dos alunos matriculados.

Esses alunos, na maior parte, possuidores de cursos de Qualificação

Profissional, principalmente na área da Saúde, Auxiliar de Enfermagem, preocupados com a medida adotada, serão dispensados dos serviços ficando sem meio de subsistência.

Para evitar o excesso de desemprego nos dias atuais, o que não é intenção da Educação, a exemplo do citado no Parecer CEE 1359/81, e diante do exposto, considerando a necessidade de dar soluções imediatas àqueles que necessitam, propõe:

- 1- sejam realizados exames especiais em nível de 1º grau, em número de 2(dois), com previsão para novembro/83 e fevereiro/84;
- 2- fiquem os exames especiais sob responsabilidade da Comissão Especial, com supervisão do Órgão competente da Educação para exames supletivos, Centro de Exames Supletivos - DRHU;
- 3- que a emissão do Certificados de conclusão de 1º grau e os atestados de eliminação de disciplinas dos alunos, relaçonados pela Comissão Especial de Verificação e estudos de Vida Escolar, sejam providenciados pelo Centro de Exames Supletivos;
- 4- seja tornado sem efeito o curso supletivo, a longo prazo, proposto pela Comissão de Sindicância;
- 5- deva a 12a. Delegacia de Ensino, órgão a que está jurisdicionada a Escola, dar todo o apoio à convocação dos alunos, colaborando com o sucesso dos trabalhos;
- 6- sejam convalidados os atos escolares posteriores dos alunos, uma vez regularizada totalmente a Escola;
- 7- fique a cargo da Comissão Especial de Verificação e Estudos de Vida Escolar, com a colaboração da 12a. DE, a regularização da escola no que for cabível;
- 8- tomem nulos os certificados de conclusão de 1º grau expedidos por escola através de convênio;
- 9- seja baixada pela Secretaria da Educação Resolução como instrução para cumprimento das normas ditadas.

A proposta formulada tem como objetivo as seguintes justificativas:

- a- realização de exames especiais a médio prazo e em número de dois, propondo-se um para novembro p.f. e outro para fevereiro de 1984, que proporcionará aos alunos que já se encontram no mercado de trabalho soluções mais racionais a médio prazo;
- b- os exames especiais deverão ficar a cargo da Comissão Especial, que fará convocação do pessoal, através da Delegacia de Ensino, para preparação e aplicação das provas, diminuindo as despesas aos cofres públicos;
- c- a escola envolvida poderá assumir as despesas com os exames especiais, ocasionando uma redução considerável de encargos, em confronto com o que havia assumido anteriormente, isto é, manter o curso em 03 (três) anos, (anexo);
- d- o curso ministrado pela escola não mantém a frequência dos alunos matriculados, conforme verificado, sendo bastante reduzido pelo desânimo e demora de solução;
- e- em virtude da demora que o caso especial requer, poderá novamente ser burlada a inspeção;
- f- relacionados os alunos para os exames especiais e com as provas realizadas por órgão oficial e, como aplicadores, professores estaduais convocados pela Comissão Especial, em comum acordo com a CESU e sob supervisão deste, dará cunho oficial ao evento;
- g- caberá ao CESU a emissão dos certificados de conclusão de 1º grau e atestados de eliminação de disciplinas aos alunos relacionados pela Comissão Especial, conforme entendimentos já mantidos com o seu diretor, Prof. José Vicente Lyrio de Almeida;
- h- a regularização de todos os atos escolares dos alunos para fins de continuidade de estudos e/ou convalidação dos atos escolares praticados posteriores ao 1º grau;
- i- a regularização da escrituração e documentos da escola, inclusive regimento e plano de curso para serem aprovados e homologados pelos órgãos competentes;
- j- finalmente, após total regularização, a escola poderá pleitear o seu reconhecimento, mantido, entretanto, o seu indeferimento enquanto estiver com as irregularidades.
- Diante do exposto, pela exigüidade de tempo e necessidade dos alunos, solicita, s.m.j., Parecer desse, Egrégio Conselho Estadual de Educação; com a maior brevidade possível, para organização e prosseguimento dos trabalhos".
- Acompanham o Processo SE 2254/83:
- 1- Processo SE nº 1677/82 - que contém a relação de 114 alunos, portadores de certificados de 1º grau expedidos pelo Colégio "Geofísico", do Rio de Janeiro, e providências já tomadas em função do relatório da Comissão Especial de Sindicância designada pelo Sr. Secretário para apurar irregularidade do Colégio Técnico "Manuel de Abreu".

2- Relatório da Comissão de Sindicância em volume apenso ao Processo SE nº

3- Processos CEE nºs 722 e 723/79 que cuidam dos Planos de Curso de Qualificação Profissional IV - Técnico em Radiologia Médica - Radiodiagnóstico e Plano de Curso de Qualificação Profissional III - Auxiliar de Radiologia, ainda não aprovados.

4- Processo CEE 468/79 que cuida da convalidação dos atos escolares praticados no período de 14/02/78 a 02/10/78, nos cursos de Qualificação Profissional III e IV, Enfermagem e Radiologia e Suplência de 1º e 2º Graus, anteriormente à autorização concedida pela CENP em 03/10/78 e 27/10/78. Assunto já resolvido por este Conselho Estadual de Educação através do Parecer 842/79 do Conselheiro Pe. Lionel Corbeil.

2. APRECIACÃO E CONCLUSÃO

1. Antecedentes - O atual Colégio Técnico "Manuel de Abreu" funcionou anteriormente com a denominação de Escola Prática de Enfermagem e Massagem, localizada na Rua Albion, 230, Lapa.

Mantinha cursos livres na área da Saúde, ficando envolvida nos mecanismos de funcionamento através de "Convênios" com escolas do Rio de Janeiro, a partir de 1976.

- O relatório da sindicância feita à época (Proc. DRECAP-3 nº 4859/77) informou não ter sido possível comprovar má fé por parte dos mantenedores. Tal sindicância foi instalada por determinação do Parecer CEE 289/78, conforme segue:

"Entendemos que tal convênio, pelas suas finalidades, constitui tentativa de burla ao controle que mantêm os órgãos sobre as entidades educacionais, não podendo, portanto, nem sequer ser considerado como elemento favorável às escolas, mas, sim, como elemento demonstrativo de evidente desejo de fraude." E concluiu:

"Assim, pois, as escolas - Instituto Nacional de Cultura Integral S/C

Ltda, Escola Prática de Enfermagem e Massagem",, Escola de Aperfeiçoamento Técnico e Prático "Miguel Couto" S/C Ltda,, Escola de Enfermagem e Massagem "Santa Maria Goretti" e Escola de Enfermagem e Massagem "Irmã Madalena", umas constantes dos processos supracitados, já objeto de verificação preliminar por parte da Secretaria da Educação, e as outras citadas no ofício da Sra. Delegada do MEC deverão ser objeto de rigorosa e urgente sindicância, por parte da Secretaria da Educação, para apuração dos fatos já denunciados nos processos supracitados e, se concluído pela procedência da denúncia, serem os cursos proibidos de funcionar, além das demais sanções administrativas cabíveis.

Existindo, como se refere a Dra. Delegada do MEC, Sindicância Policial, para apurar a existência de ilícito penal, as conclusões desta determinarão as medidas a serem tomadas nessa área." (grifos nossos)

- Como resultado dessa sindicância, a mantenedora, Sra. Maria Tereza Arenque Ambrósio, iniciou processo de autorização dos seus cursos, obtendo-a através

dos seguintes atos administrativos e já no novo endereço à Rua Guaicurus, 851, Lapa:(a - Enfermagem, Qualificação III e IV - Portaria CENP 215/78, D.O. de 03/10/78;

b - Radiologia Médica - Radiodiagnóstico e Auxiliar de Radiologia - Qualificação IV e III e Suplência de 1º e 2º Graus - Portaria CENP 221/18 - D.O. de 3/10/78.

- Os Planos de Curso e o Regimento Escolar dos cursos de Enfermagem foram aprovados por este Conselho através do Parecer 687/78.

- Os Planos de Curso de Radiologia Médica - Radiodiagnóstico e Auxiliar de Radiologia constantes dos Processos CEE nºs 722 e 723/79 ainda não foram aprovados, tendo sido devolvidos à Secretaria de Estado da Educação, em face da nova sindicância determinada por este Conselho, através do Parecer CEE 1359/81.

- Em 25/7/79, através do Parecer 842/79, este Conselho Estadual de Educação convalidou os atos escolares praticados nos cursos de Enfermagem, Radiologia e Suplência (1º e 2º Graus), no ano de 1978, anteriormente às Portarias de autorização.

- Em 26/07/81, este Colegiado aprovou o Parecer CEE 1359/81, referente à regularização de vida escolar de alunos da Escola "Irmã Madalena",

Capital, que teve sua autorização de funcionamento cassada por Resolução S nº 111/81, por terem sido apuradas, em sindicância, irregularidades muito semelhantes às do Colégio Técnico "Manuel de Abreu".

Os antecedentes da Escola "Irmã Madalena" coincidem com os da "Manuel de Abreu", no seu envolvimento com escolas do Rio de Janeiro, inclusive tendo pertencido à mesma mantenedora, Sra. Tereza Arenque Ambrósio, conforme consta do Parecer CEE nº 1359/81, às fls. 10. Tão semelhantes se nos afiguravam que, nas conclusões finais desse Parecer, consta entre outras tarefas cometidas à Secretaria de Estado da Educação a de:

"- Tendo em vista os antecedentes comuns a essas Escolas: Colégio Técnico "Manuel de Abreu" e Colégio Técnico "Santa Maria Goretti" proceder a um levantamento em profundidade nessas escolas, informando posteriormente este Conselho."

- Do cumprimento dessa tarefa resultou, inicialmente, a identificação de 114 ex-alunos, portadores de certificados de 1º grau, expedidos pelo Colégio Geofísico "do Rio de Janeiro, nas mesmas circunstâncias que o foram os 262 certificados encontrados nos prontuários dos alunos da Escola "Irmã Madalena" (Processo SE 1677/82).

- Como consequência, foi instalada Comissão Especial de Sindicância que, em 09/08/82, encaminhou ao Gabinete do Senhor Secretário seu relatório final que foi autuado no Processo SE nº 364/83, com pasta azul apensa, contendo 262 folhas de depoimentos; documentos coletados; listagem dos alunos com certificados de 1º grau sob suspeita; cópias de atas de resultados finais, cópias de Diários de Classe; cópia de "convênio" com o Colégio "Geofísico" e com o Colégio "24 de Maio"; defesa apresentada pela entidade mantenedora e relatório final da Comissão, além de outros documentos e informações. É esse relatório que, agora, é encaminhado a este Conselho, além da consulta referida no histórico deste Parecer.

2 - Os resultados da sindicância:

Em síntese as irregularidades apontadas pela Comissão Sindicante são as seguintes:

2.1. "Convênios" realizados com os Colégios "24 de Maio" e Colégio "Geofísico, a partir de 1975, inicialmente para cursos livres (Área da Saúde) e, depois, para cursos supletivos de 1° e 2° graus.

Esses convênios, declarados nulos por este Conselho, em março

de 1978, pelo Parecer n° 289/78, foram mantidos até dezembro do mesmo ano. Mesmo os termos dos "Convênios" não eram cumprido: os semes-

ses letivos não foram respeitados, a duração do curso supletivo - 1°

grau - foi de 11 meses para as quatro séries, não se conhece o currículo adotado e as provas foram feitas (quando feitas) a partir de questões previamente divulgadas.

2.2. Funcionamento de curso supletivo de 1° grau e cursos de qualificação profissional III e IV, antes da publicação no Diário Oficial

das respectivas autorizações. A Comissão informa que o problema maior não

seria a falta do documento legal de autorização, mas o funcionamento dos

cursos com descumprimento dos preceitos básicos da legislação em vigor,

tendo ocorrido:

a - concomitância de funcionamento, para os mesmos alunos, do curso supletivo de 1° grau e de cursos profissionalizantes de 2° grau;

b - descumprimento da carga horária;

c - escrituração que não reflete a realidade dos fatos.

- Sobre o exposto na alínea c: livros de matrícula, livros de atas, diários de classe são conflitantes nas datas e assentamentos. Para aproveitar os estudos de período em que a escola funcionou sem autorização e não convalidados (ano de 1977) a escola refez a escrituração, matriculando os alunos a partir de 1978. Dessa forma, os alunos que concluí-

ram cursos de Enfermagem e Radiologia Médica, em meados de 1978, tiveram

seus assentamentos escolares falsamente escriturados até janeiro de 1979.

2.3. Indícios de fornecimento de certificados falsos de 1° e 2°

grau (suplência) de outras escolas pela mantenedora e pelo Secretário da escola. Há confissão da proprietária e do secretário (fls. 125 e 126 do relatório) de que um certificado de 2° grau falso (-suplência) teria sido recebido pelo interessado diretamente da proprietária, com a colaboração e convivência do secretário.

2.4. Aceitação pela escola de certificados de conclusão de 1° grau falsos ou sob suspeitas.

A concentração de certificados de 1° grau pelo menos suspeitos não pode ser uma coincidência. A Comissão levantou, através de depoimento de alunos, uma relação de 17 certificados suspeitos, relacionando-os com

possíveis fontes (além dos Colégios "Geofísico" e outros do Rio de Ja-

neiro) dos quais os teriam recebido por compra ou doação. Desses 17, pelo

menos 16 realizaram curso de qualificação no Colégio "Manuel de Abreu". A

relação das fontes foi encaminhada à Secretaria da Segurança Pública, para

verificação, e a relação dos "alunos" encaminhada à Secretaria de Estado

da Educação que, ouvida a Consultoria Jurídica da Pasta, devolveu-a à Comissão

para audiência dos envolvidos, proporcionando-lhes defesa.

2.5. Ingerência da Sra. Maria Tereza Ambrósia nas decisões administrativas da escola - A Comissão apurou que os diretores da escola

foram e continuam sendo "figuras meramente decorativas" pois a Sra. Maria Tereza Ambrósio, membro majoritário da entidade mantenedora é a diretora de fato, pois nenhum dos alunos depoentes sequer conhece os outros elementos, que se limitaram e limita-se (o diretor atual-Márcio Arenque Ambrósio) a assinar os documentos.

3. Considerações da relatora sobre as irregularidades apontadas, pela ordem:

3.1. Sobre o assunto "convênios" do tipo utilizado pela escola

- Este Conselho já teve oportunidade de se manifestar através de inúmeros pareceres. A gravidade da situação dessa escola foi a continuidade de procedimento após manifestações enfáticas deste Conselho sobre sua nulidade, de março de 1978 a dezembro do mesmo ano, conforme apontou a Comissão.

3.2. A frequência concomitante de alunos a cursos de 1º e 2º

graus foi identificada também na Escola "Irmã Madalena", parecendo ser praxe nas duas escolas, que, aliás, pertenciam, inicialmente, à mesma mantenedora como foi já assinalado. Nas condições em que os estudos foram realizados não são válidos para nenhum dos cursos. O que agrava a situação é que essa concomitância, de acordo com o apurado pela Comissão Sindicante, ocorreu no período convalidado por este Conselho.

Conforme já consta deste Parecer, os cursos de Qualificação e de Suplência de 1º e 2º graus foram autorizados a funcionar em outubro de 1978.

O período, de fevereiro a outubro desse ano, foi convalidado para todos os cursos, por Parecer deste Conselho nº 842/79, considerada a informação da supervisora da escola a época, que consideramos importante

transcrever:

"Foi apresentada (pela escola) justificada, na verificação dos documentos e funcionamento da escola, pudemos verificar a regularidade de tudo que foi feito. Pela qualidade do trabalho, organização da escola, seriedade na escrituração escolar, notamos que foi e está sendo dado um bom atendimento pedagógico e administrativo aos docentes e discentes que pode ser aproveitado para que não haja prejuízo aos alunos. De acordo com as informações e a documentação apresentada, propomos sejam convalidados os atos escolares de alunos e professores (...)."

Agora, a Comissão sindicante informa, além do constante no item 2.2., que, praticamente, todos os alunos relacionados no Processo de convalidação apresentavam certificados "suspeitos" expedidos por escolas do Rio de Janeiro ou certificados falsos. Esta relatora confrontou pessoalmente as relações e verificou que apenas poucos alunos listados, naquele processo, não têm sua vida escolar irregular pelo menos nesse aspecto. É fundamental sanar essa situação, para o que a Comissão Especial de Verificação, ora instalada, deverá proceder a um reexame completo do constante do Processo CEE 468/79 e informar a este Conselho, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Em São Paulo, em 15 de maio de 1979, a Comissão Sindicante do Conselho de Educação do Estado de São Paulo, composta por

te indique que, atualmente, a escola vem mantendo a escrituração em ordem, a afirmação de que o diretor da escola está completamente desinformado do que se passa, não nos dá essa certeza.

3.4. Sobre o envolvimento da Sra. Maria Tereza Arenque Ambrósio e do Secretário da escola na transação com certificados falsos, como mediadores ou receptadores desses certificados, parece não haver dúvida. Não entendemos como possa essa senhora, depois do relatado por ela mesmo, continuar merecendo a confiança da Secretaria da Educação, como mantenedora, quando a condição fundamental para tanto é a sua idoneidade.

3.5. A ingerência da mantenedora nas decisões administrativas da escola deve ser afastada. Quem responde pelos atos praticados na escola pela secretaria, professores, pessoal técnico e alunos, é o diretor da escola. No caso, está patente que isso não acontece. Entendemos que a única forma da escola continuar aberta, até que sejam apuradas as responsabilidades criminais, é que essa situação seja resolvida com a contratação de um diretor que não esteja envolvido com as situações denunciadas.

Não faz sentido que a Secretaria da Educação mantenha uma equipe de supervisores de plantão, "vigiando" o comportamento de mantenedor e diretor não confiáveis.

4. A consulta da Comissão Especial de Verificação:

Como conseqüência das irregularidades denunciadas, surgiu a necessidade de se verificar em profundidade a situação escolar de cada aluno, no, donde a consulta da Comissão Especial de Verificação que responderemos a seguir:

1. A situação que chama atenção, pelo volume e pelo problema criado em relação ao emprego dos envolvidos, é o dos alunos que realizaram os cursos de qualificação profissional, apresentando, como conclusão de 1º grau, certificados de escolas do Rio de Janeiro que, se não são falsos, estão sob suspeita. A Comissão Sindicante relacionou, em separado, as pessoas que deveriam ter seus certificados declarados nulos (fls. 16 e 17 do Proc. SE 364/83) porque "obtidos por simples compra ou doação".-

Não é a esses que se destina a consulta feita pela Comissão Especial de Verificação, mas sim àqueles que teriam sido enganados pela escola, que lhes ofereceu um arremedo de curso, expedindo-lhes, ao final, um certificado de escola do Rio de Janeiro, como válido. Para a mesma situação, na Escola "Irmã Madalena" este Conselho deliberou:

"Os alunos que se incluem na hipótese da alínea b (Certificados de 1º grau sob investigação por indicações de fraude) devem aguardar o término da sindicância que está sendo feita pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (ofício nº 433/81 da Secretaria do Rio de Janeiro ao Dirigente do GCAAP de S. Paulo) ou obter, via exames ou cursos supletivos idôneos, o certificado de conclusão do 1º grau" (item 4, fls. 20 do Parecer 1359/81).

Somente após a regularização do 1º grau, podem solicitar a convalidação dos estudos realizados em nível de 2º grau, desde que cumprido no período de funcionamento regular (ou convalidado) da escola e que seus assentamentos escolares sejam considerados confiáveis. A Comissão Sindicante propõe que se proporcione aos alunos curso gratuito ofere-

A Comissão de Verificação propõe sejam proporcionados exames supletivos especiais para esses alunos, sob a responsabilidade da Comissão, com a supervisão do Serviço de Exames Supletivos da Secretaria da Educação, assumindo a escola todas as despesas decorrentes desses exames. Em face dos argumentos apresentados, nada temos a opor, nos termos propostos pela Comissão.

2- Com relação a alunos que, no período autorizado ou convalidado, apresentem falhas curriculares, fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a adotar os mesmos procedimentos indicados para os ex-alunos da Escola "Irmã Madalena".

3- A Comissão deverá também tomar providências para regularizar outros aspectos relativos ao funcionamento dos cursos, tal como a aprovação dos Planos de Curso e Regimento já citados.

4- Aprovada a responsabilidade do ex-Secretário, deverão ser tomadas providências tendentes à cassação de sua autorização ou registro profissional.

Por último, algumas disposições finais:

a- Na oportunidade, queremos manifestar nossa preocupação com as informações dos órgãos supervisores que chegam a este Colegiado e que servem de base para suas decisões. Pensamos que, a fim de evitar a repetição de fatos, tais como os que levaram este Conselho à convalidação dos atos escolares dessa escola e a própria Secretaria a autorizar cursos solicitados por tal mantenedora, deveriam ser verificadas as responsabilidades por tão descabidas informações.

b- Entendemos também que este Conselho, bem como a Secretaria de Estado da Educação, deverá insistir junto aos órgãos correlatos do Estado do Rio de Janeiro no sentido de saber o resultado da sindicância que se desenvolvia em 1981 e do destino das centenas de certificados expedidos pelas escolas relacionadas nos processos referentes à Escola "Irmã Madalena" e ao Colégio Técnico "Manuel de Abreu".

c- Ainda, entendemos devam ser encaminhados, à Secretaria de Segurança Pública, não apenas os nomes dos vendedores de certificados falsos, mas também de seus compradores, depois de tomados seus depoimentos pela Comissão Sindicante, tal como orientou a Consultoria Jurídica da Pasta.

d- Os casos não abrangidos por este Parecer podem ser resolvidos pela Comissão Especial de Verificação, à luz do Parecer 1359/81, e informados posteriormente a este Conselho.

e- Como persistem as razões de não confiabilidade na entidade mantenedora e na sua sócia majoritária, devem ser tomadas pela Secretaria de Estado da Educação as providências determinadas pelo artigo 15 e seguintes da Deliberação CEE 18/78, para fins de cassação de autorização de funcionamento da escola.

CESG, em 05 de julho de 1983.

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA - Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Aroldo Borges Diniz, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Renato Alberto T. Dio, Roberto Ribeiro Bazilli e José Ruy Ribeiro.

Sala das Sessões, em 06/07/1983.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

4. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 6 de julho de 1983.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente